

feam

FUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE

FEAM	
PROTOCOLO Nº	025552/2003
DIVISÃO:	Prope 28.04.03
MAT.:	VISTO: <i>Márcio</i>
FL Nº 005	
FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	

Processo nº.: 376/2001/002/2002

Ref: Defesa relativa ao Auto de Infração nº 1039/2002

Apresentado por Departamento de Estradas de Rodagem – DER/MG

PARECER JURÍDICO

1) Relatório:

1 – O empreendimento Obras de Melhoramentos e Pavimentação da Ligação Rodoviária São Thomé das Letras/Entroncamento para São Bento do Abade - Três Corações, do DER/MG, já qualificado nos autos, foi autuado como incurso no artigo 19, § 3º, item 6 do Decreto 39.424/98, alterado pelo Decreto 43.127/02, por ter cometido a seguinte irregularidade, transcrita *in verbis* do Auto de Infração:

“provocar degradação ambiental, com assoreamento de drenagem natural, ao longo do trecho da ligação rodoviária São Thomé das Letras/Entroncamento para Três Corações – São Bento do Abade.”

2 – O processo encontra-se formalizado e instruído com a documentação exigível. A autuada foi notificada no momento da lavratura do presente AI, tendo o mesmo sido assinado pelo seu representante; na data de 06/08/2002.

Nos termos do artigo 25 do Decreto nº 39.424/98, alterado pelo Decreto 43.127/02, a Defesa deveria ter sido apresentada até o dia 26/08/2002, ou seja, no prazo de 20 (vinte) dias contados do recebimento do Auto de Infração. Entretanto, somente foi protocolada em 10/09/2002, portanto fora do prazo legal.

Desta feita, uma vez que os prazos são fatais e peremptórios, considera-se que a Defesa é intempestiva, razão pela qual não merece ser analisada.



II) Conclusão:

Face ao exposto, remetemos os autos à Câmara de Atividades de Infra – Estrutura, recomendando a aplicação de uma multa no valor de R\$ 26.203,56 (infração gravíssima, porte médio do empreendimento), de acordo com o estabelecido no art. 1º, inciso III, alínea “b”, c/c art. 2º, § 1º, inciso I da DN 27/98, com redação dada pela DN 64/03. Cumpre ressaltar que a circunstância atenuante apontada pela área técnica não encontra respaldo na legislação ambiental vigente.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Belo Horizonte, 25 de abril de 2003.


Fernanda Viana de Carvalho
Consultora FUNDEP
OAB/MG 70.265